

## A CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO INCLUSIVO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO EM CATALÃO-GO

Laressa Rodrigues Rocha  
Fernanda Gomes Campos  
Eliene Marcilio Alves  
Érica Aparecida Santana  
Ana Cristina Pereira Vaz  
Marcela David dos Santos  
Roseane Patricia de Souza e Silva

### RESUMO

Este trabalho se refere a um projeto de extensão que propõe a capacitação e qualificação dos professores de Educação Física da rede regular pública de ensino da cidade de Catalão-GO para trabalhar com alunos que apresentam necessidades educativas especiais. As temáticas abordadas estão diretamente vinculadas a problematização que a priori se baseia na falta de formação profissional adequada para lidar com esses alunos. Frente aos objetivos propostos buscamos contribuir com a ampliação das discussões dos processos de produção de conhecimento na área, com vistas a subsidiar os gestores educacionais na tomada de decisões político-culturais e administrativas acerca da inclusão escolar.

No decorrer da história da educação dos alunos com necessidades educativas especiais (ANEE), as práticas sociais que a orientaram foram marcadas por diferentes fases histórico-conceituais, começando pela exclusão social, passando pelo atendimento segregado, integração social e, recentemente, a inclusão.

Nesse sentido, atualmente, o movimento de inserção dos ANEE no ensino regular, está apoiado em dois paradigmas diferentes: Integração ou Inclusão. Entretanto, a diferenciação entre os significados específicos dos processos de integração e inclusão escolar que encontramos acaba por constituir um desafio para o processo de inserção que preconiza a inclusão, uma vez que, apesar de terem significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e têm por detrás posicionamentos divergentes para a consecução de suas metas (MANTOAN, 1997)

Conforme essa autora, uma das opções de integração escolar denomina-se *mainstreaming* (corrente principal), que significa dizer que se cria uma classe especial dentro das escolas regulares, em que o aluno é que tem que se adaptar ao sistema da escola e esta não tem que mudar para recebê-lo em seu interior, pois visa prepará-lo para estudar na escola regular, ajudando-o a adquirir as habilidades de que necessita. Como explica Mantoan (1997), a crítica mais forte ao sistema de cascata e às políticas de integração do tipo *mainstreaming* afirma que a escola esconde o seu fracasso, isolando os alunos e só integrando os que não constituem um desafio à sua competência.

A outra opção de inserção é a Inclusão, que questiona não somente as políticas da educação especial e regular, mas também o conceito de *mainstreaming*. A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que terá de se adaptar às particularidades de todos os alunos (MANTOAN, 1997). Para a autora, a

inclusão é uma tarefa possível de ser realizada, mas é impossível de se efetivar por meio dos modelos tradicionais do sistema escolar.

Isto significa, então, que a inclusão implica numa reforma na organização e funcionamento dos serviços destinados aos ANEE, de que não dispomos por este Brasil afora. Neste contexto, numa perspectiva prática, a formação do pessoal envolvido com a educação é de fundamental importância, sendo pré-requisito para a escola inclusiva que os professores sejam efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa.

Todavia, estudos recentes têm demonstrado que a realidade educacional, incluindo os currículos, a formação de professores, bem como as adaptações didáticas e arquitetônicas, entre outros aspectos, não se encontra adaptada às necessidades dos ANEE, a despeito das tendências jurídico-normativas e das diretrizes educacionais (SANTOS, 1999; SOUZA, 2002; OGURA, 2002).

Nessa perspectiva, a título de exemplificação, cabe destacarmos que nos anos de 1997 e 1998 Santos (1999) realizou uma pesquisa na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e verificou que dos vinte e oito cursos de graduação oferecidos nesta instituição, apenas dois cursos ofereciam disciplinas que tratavam de conteúdos e discussões relativas às pessoas com necessidades educativas especiais, totalizando seis disciplinas (duas obrigatórias e quatro optativas), num universo de 1473 disciplinas (1273 obrigatórias e 200 optativas).

Entretanto, o quadro identificado não se restringia apenas à UFU, já que Goffredo (1997), ao desenvolver um estudo sobre como formar professores para atuar numa escola inclusiva, detectou um percentual significativo de professores que não tiveram em seus cursos de formação qualquer disciplina concernente à Educação Especial, ou alguma outra sobre estudo das deficiências. Daí se pode inferir que a escassez dessas disciplinas nas Universidades vem dificultando a disseminação dos conhecimentos existentes e disponíveis sobre as pessoas com necessidades educativas especiais e a ocorrência de debates que norteiem essa questão nos currículos dos cursos, acarretando, assim, uma lacuna na formação dos futuros profissionais da educação escolar.

Nesse sentido, fica patente o despreparo dos educadores em geral quanto ao conhecimento sobre as peculiaridades de um determinado tipo de deficiência, bem como sobre as necessidades e potencialidades do indivíduo com deficiência. Aspectos estes que devem ser considerados ao se elaborar um programa de Educação Física que tenha por finalidade estabelecer objetivos e conteúdos que considerem os interesses dos educandos, bem como o uso de estratégias e recursos adequados para desenvolvê-lo. (GORGATTI; COSTA, 2005).

Como aponta Ferreira e Ferreira (2004, p.38) este despreparo deve-se “principalmente pela ausência de uma política de formação continuada para promover o desenvolvimento profissional dos professores”, visto que “os professores da educação básica não tiveram em sua formação inicial um eixo capacitador para a educação na perspectiva da diversidade”.

No que tange especificamente a área da Educação Física, a Educação Física adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação, por meio da Resolução número 03/87, do Conselho Federal de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. Entretanto a maioria dos professores que são efetivos e atuam nas escolas se formaram antes dessa resolução e não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes à Educação Física Adaptada ou à Inclusão. (CIDADE; FREITAS, 2002)

Os elementos acima apresentados nos permitem considerar que as políticas de inclusão vêm colocando em prática uma ação desarticulada e sem compromisso com a

realidade objetiva das escolas regulares do Brasil, o que nos permite dizer que as mesmas estão sendo implementadas apenas por decreto.

Este fato ficou evidente nos cursos sobre inclusão que ministramos no ano de 2007. O primeiro, intitulado "Inclusão dos portadores de necessidades educativas especiais nas aulas de Educação Física", desenvolvido no projeto "Educação Física Escolar: reflexões e perspectivas de uma prática pedagógica coletiva na rede regular pública de Catalão-GO do Programa de Extensão - Formação Continuada, interdisciplinaridade e Inclusão Social na Microrregião de Catalão/GO - PROEXT/SESu-ME, foi um curso destinado exclusivamente aos professores de Educação Física. Já o segundo foi um mini-curso com a temática "Perspectivas da inclusão para pessoa com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino" ministrado no III Simpósio Infância e Educação - Infância, Arte e Cultura, no qual participaram professores que atuavam não só com a disciplina de Educação Física mas também com outras áreas do conhecimento nos diferentes níveis de ensino, tais como Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Em ambos os cursos verificamos as preocupações, as indagações, os medos e os anseios dos professores em suas práticas pedagógicas desenvolvidas com os alunos com necessidades educativas especiais. Percebemos, ainda, que as principais dúvidas desses professores estavam relacionadas, em grande parte, a como atender as necessidades dos alunos com deficiência por meio de adaptações metodológicas das atividades desenvolvidas nas aulas que ministravam. Assim, muitos apontavam que não se consideravam devidamente instrumentalizados/preparados para criar um ambiente de aprendizagem no qual as necessidades dos alunos pudessem a ser atendidas, considerando as características peculiares dos mesmos e ao mesmo tempo garantir a consecução dos objetivos relacionados ao programa de ensino por ele elaborado e atender as expectativas dos pais.

Todavia, conforme Cidade e Freitas (2002) em termos de conteúdos, a Educação Física não se diferencia das aulas destinadas aos alunos considerados "normais". Entretanto, o processo ensino-aprendizagem pode se diferenciar quanto a adaptações no espaço físico e de recursos materiais, utilização de mecanismo de informações e modificações de regras. Por isso, a necessidade do professor conhecer o tipo de deficiência, as necessidades e potencialidades dos ANEE e suas implicações para elaborar as aulas de Educação Física, visto que o desconhecimento do professor vem impedindo e excluindo estes alunos dessas aulas.

Inclusive historicamente a disciplina de Educação Física é a única disciplina que aceita atestado justificando a não participação dos ANEE das aulas, e são justamente os que mais precisam praticar essas aulas visto que geralmente as seqüelas das deficiências são problemas de postura, desenvolvimento motor, imagem corporal, dentre outras que podem ser superadas ou amenizadas com a prática de atividades físicas.

Diante dessa reflexão, estabelecemos como objetivo geral para o projeto fortalecer e ampliar as ações de extensão do Campus Catalão da Universidade Federal de Goiás (CAC/UFG), bem como as formas de interação dos professores de Educação Física que atuam no ensino regular do município e região, por meio da capacitação/qualificação dos mesmos para trabalhar com os alunos com necessidades educativas especiais. Mais especificamente buscamos:

- Analisar o contexto histórico, econômico, filosófico e social sobre a deficiência, identificando o papel e o significado da Educação Física e dos Esportes Adaptados no trabalho com Pessoas com Necessidades Educativas Especiais;

- Identificar a organização de ambientes inclusivos de aprendizagem mediante a prática reflexiva dos professores de Educação Física que tenham em suas aulas a participação simultânea de alunos que não apresentam necessidades educativas especiais;
- Discutir com os professores da rede a importância do trabalho de caráter interdisciplinar para atender as necessidades dos ANEE;
- Conceituar e identificar as barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais;
- Adquirir noções gerais sobre o conceito e a classificação das deficiências (mental, auditivo, físico e visual);
- Compreender as relações entre atividades físicas e deficiências e suas implicações na elaboração de um programa de Educação Física;

Tendo em vista os objetivos, o público atendido no projeto foram os professores de Educação Física da rede regular pública de ensino da cidade de Catalão. O projeto previa quinzenalmente reuniões de planejamento e avaliação das atividades realizadas, bem como estudos e revisão bibliográfica da temática em questão, com intuito de identificar e discutir no processo teórico-prático as questões pertinentes à inclusão e a formação profissional.

Conforme previsto no cronograma do projeto, inicialmente, realizamos a revisão bibliográfica e análise crítica da literatura relacionada ao contexto histórico, econômico, filosófico e social sobre a deficiência, identificando o papel e o significado da Educação Física e dos Esportes Adaptados no trabalho com Pessoas com Necessidades Educativas Especiais; bem como a seleção dos professores de Educação Física da rede regular de ensino.

Com o objetivo de aprofundarmos os debates e discussões referentes à essa temática utilizamos autores que vêm desenvolvendo estudo sobre as pessoas com necessidades especiais como Carmo (1991), Freitas e Cidade (1997), Ferreira e Ferreira (2004), dentre outros.

Durante o desenvolvimento do projeto visando a capacitação dos professores de Educação Física para o trabalho com alunos com deficiência, realizamos leituras, questionários e elaboramos materiais didático-pedagógicos juntamente com os professores coordenadores do projeto dos seguintes temas:

- O contexto histórico, econômico, filosófico e social sobre a deficiência, identificando o papel e o significado da Educação Física e dos Esportes Adaptados no trabalho com as pessoas com deficiências;
- Conceito e identificação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais;
- Noções gerais sobre o conceito e a classificação das deficiências (mental, auditivo, físico e visual);
- Questionário inicial identificando os conhecimentos dos professores (as) da Rede de Ensino a cerca da inclusão;
- Questionário final avaliando e identificando sugestões relacionadas às temáticas abordadas;

Aplicamos e tabulamos as respostas das atividades escritas (pesquisas, relatórios, textos críticos, questionários) desenvolvidas com os professores da rede de ensino, bem como registramos a partir de fotografias, algumas atividades realizadas durante o projeto.

Auxiliamos na elaboração de um documento durante a realização do projeto pelos professores de Educação Física, participantes do evento, para ser encaminhado à

Secretaria Municipal e a Subsecretaria Regional de Educação relatando as dificuldades/limitações e realidades vivenciadas na escola, tendo em vista a inclusão dos alunos com deficiência.

Nesse sentido, partindo do entendimento de que a Universidade tem como função o ensino, a pesquisa e a extensão este projeto foi desenvolvido com a perspectiva de capacitar/qualificar os professores de Educação Física da rede regular de ensino para que, no processo ensino-aprendizagem, levando em consideração as necessidades dos alunos com deficiência, possam criar um ambiente que lhes proporcione vivências motoras significativas ao seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, ao mesmo tempo, em que colaboram com o projeto pedagógico da escola.

Pretende-se ainda contribuir com a ampliação das discussões dos processos de produção de conhecimento na área, com vistas a subsidiar os gestores educacionais na tomada de decisões político-culturais e administrativas acerca da inclusão dos APNEE no ensino regular, no sentido de oferecer cursos que possibilitem a formação continuada do professor de Educação Física atendendo as reais necessidades e interesses dos mesmos e de acordo com os contextos em que atuam.

## REFERÊNCIAS

CARMO, A. .A do. Deficiência Física: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina. Brasília: Escopo, 1991.

CIDADE, R.E.A, FREITAS, P.S. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. Revista Integração, Brasília, v. 14, p. 26-30, 2002. Edição Especial.

FERREIRA, M. C. C.; FERREIRA, J.R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GOÉS, M. C. R. de; LAPLANE, A. L. F. de (orgs). Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p.21-48.

GOFFREDO, V. F. S. de. Integração ou segregação? eis a questão. In: MANTOAM, M. T. (org.). A integração da pessoa com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997. p. 230-235.

GORGATTI, M.G; COSTA, R. F. da. Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Barueri, SP: Manole, 2005.

MANTOAN, M. T. (org.) A integração da pessoa com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997. 235 p.

OGURA, A. F. Política pública de inclusão escolar no Estado do Paraná e sua implementação no Município de Cascavel. 2002. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SANTOS, C. da S.; Universidade e deficiência. 1999. Relatório final de pesquisa – Universidade Federal de Uberlândia /Departamento de Educação Física e Esportes, Uberlândia.

SOUZA, S. B. Inclusão escolar e o portador de deficiência nas aulas de Educação física das redes municipal e estadual de Uberlândia-MG. 2002. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

